

# Discussão improdutiva

Os trabalhos da Constituinte vêm se concentrando nos últimos dias apenas em torno de um debate: o do sistema de Governo. A luta entre o presidencialismo e o parlamentarismo toma o primeiro plano, domina os debates e sufoca todas outras preocupações, todos os outros temas. Isto não pode ser considerado senão como negativo para os trabalhos constituintes.

A opinião pública está seguindo este debate com desconfiança e pensando que ele afasta da preocupação dos políticos temas como a reforma tributária, a questão da educação e da saúde de nosso povo ou ainda a desigualdade de desenvolvimento e consequentemente de renda dentro de nossa sociedade.

Aparentemente, no debate sobre presidencialismo ou parlamentarismo está embutida a preocupação imediatista com os poderes e as atribuições do atual presidente da República. Nada mais deslocado, nada mais inconveniente. A Constituição não pode ser orientada por questões conjunturais, não se pode fazer uma lei maior da Nação com base em si-

tuações momentâneas. É importante que os constituintes se conscientizem de que elaboram um documento para durar, para ser válido por longo período e não apenas para acertar uma disputa de momento.

É reconhecido por todos que o parlamentarismo pressupõe a existência de um sistema partidário forte e coerente. Tal não é o caso do Brasil, onde os partidos estão em permanente movimento e os políticos em processo de migração constante. Neste quadro político o parlamentarismo, ou melhor sua proposta, se transforma em mero jogo político, em manobra pelo poder colocada de forma imediatista.

Ainda se poderia lembrar que no sistema político brasileiro a única eleição para a definição do poder central, em que todos os cidadãos são iguais, é a do presidente da República pelo voto direto e secreto. Em todas as demais eleições, quer para Câmara ou para o Senado, a preocupação federalista pondera os votos e faz com que o peso dos cidadãos varie segundo o Estado em que ele seja eleitor.

A adoção do parlamentarismo,

além dos inconvenientes que o sistema traria, seria ainda vista pelo povo como o esvaziamento do pleito direto para presidente, que foi a principal bandeira para a vitória da coligação no poder. Haveria um nítido enfraquecimento do poder público.

Já chegou o momento de os políticos mostrarem a sua competência e escutarem as preocupações da população que os observa. A questão do presidencialismo ou parlamentarismo é legítima, só parece deslocada no tempo e do quadro político em que vivemos. Os problemas que preocupam a população e que motivaram um processo de mobilização sem precedentes em torno dos trabalhos constituintes deveriam ser examinados com soberania pelos parlamentares.

A questão do sistema de Governo merece esta consideração, mas não pode se transformar no centro das atenções. É imprescindível que as atividades da Constituinte sejam sintonizadas com as preocupações da população para que a nova Lei Magna principie com respaldo do povo.

**Haroldo Hollanda**